

Os rumos da pátria

Fernando Pedreira

J.E. de Macedo Soares gostava de escrever à mão, com uma letra desmesuradamente graúda, em pequenas folhas de bloco que ia enchendo uma depois da outra. Seus artigos eram, em regra, curtos (e grossos) mas os seus originais cobriam laudas e laudas, numa ortografia nem sempre muito católica. J.E. ia escrevendo as palavras à sua maneira, sem se preocupar com as regras ou as convenções estabelecidas pelos gramáticos.

Do seu contemporâneo inglês Bertrand Russell não se pode dizer que tenha sido propriamente um jornalista. Russell, grande matemático, filósofo, ensaísta e escritor, foi provavelmente a melhor cabeça do século. Dono de uma inteligência agressiva e irreverente, ele escrevia num inglês simples, conciso, claro e frequentemente ferino. Em suma, escrevia não como um *scholar* ou um professor, mas como um bom jornalista que quer ser lido e entendido (embora, muitas vezes, não o consiga). Escrevia como o Erasmo de *O Elogio da Loucura*, como Voltaire ou como o Nietzsche da *Origem da Tragédia*.

A clareza e a simplicidade do texto nem sempre são sinônimos de superficialidade e desimportância. Mas, o que me fez pensar em Bertrand Russell (ao lado de jornalistas brasileiros como J.E.) foi uma observação que ele costumava fazer a respeito do ensino na Inglaterra. Russell indignava-se com a insistência das escolas em meterem na cabeça das crianças regras e mais regras de gramática e ortografia.

O importante — dizia ele — não é soletrar direito. O importante é saber pronunciar bem as palavras. A língua, mesmo a língua escrita, é som, é música, é uma questão de ouvido, de ritmo. Quem não aprendeu a pronunciar corretamente as palavras, na verdade não sabe ler propriamente, e será incapaz de apreciar e de entender, digamos, um poema de Eliot ou de Paulo Mendes Campos, um verso de Byron, de Drummond.

No Brasil, tivemos, sem dúvida, notáveis precursores (como Joaquim Nabuco) e o fato é que, nesse terreno, a imprensa e os escritores-jornalistas, como Manoel Antonio de Almeida, como Lima Barreto, como o próprio Machado, saíram longe na frente. Mas, o país só ia livrar-se de vez da famosa "sintaxe lusitana" depois da revolução modernista de 1922. Depois, sobretudo, de Mário de Andrade, mestre e irmão mais velho de gerações inteiras, cuja influência pessoal e cuja obra (os poemas, as cartas, os contos, os ensaios críticos) valeriam mais do que tudo o que todos os seus companheiros de Semana fizeram, juntos ou separados.

Descontados os meios universitários e acadêmicos, pode-se dizer que o Brasil, a partir da explosão modernista, foi aprendendo a ouvir a sua própria língua, aquela que é criada pela gente da terra, no cadinho da modernização, da urbanização (e da cosmopolitização) galopantes das quatro ou cinco últimas décadas. Que o modernismo e Mário de Andrade nos tenham vindo exatamente de S. Paulo, terra dos imigrantes, terra da influência européia mais forte e mais direta, eis aí o que não será uma simples coincidência. Também na Argentina, a obra de um Cortázar, por exemplo, seria a primeira a dar consistência literária à língua dos imigrantes, isto é, à língua do povo de Buenos Aires, um espanhol tão itali-

zado que é, na verdade, nas mãos do escritor, uma criação nova, com um vigor e uma força próprios e distintos de tudo o que se escrevia antes.

Não sei o que diria Bertrand Russell, se fosse ainda vivo e se entendesse dessas nossas coisas latinas. O fato, entretanto, é que, ao menos no Brasil, estamos hoje vivendo uma experiência (lingüística) curiosa, que talvez não o desgostasse inteiramente. Temos, entre nós, cada vez mais crianças (em números absolutos) que não têm escola, e cada vez mais escolas que não ensinam virtualmente coisa nenhuma a seus alunos. Em compensação, vamos aprendendo compulsoriamente a pronunciar as palavras com os locutores da TV e do rádio, assim como aprendemos a nos comportar e a ver a vida com os atores das telenovelas. Nem ortografia, nem regras de gramática, nem nada.

Mas, o mal é que não temos também, nessa maciça educação das massas, nem sequer um magro Cortázar para remédio. A *língua geral* do audiovisual brasileiro é uma espécie de esperanto publicitário, culturalmente esqualido e vazio: não é nem a língua viva do povo (que vai desaparecendo, esmagada pelos cacoetes televisivos), nem muito menos a sua transposição literária, a sua recriação e universalização pela força de um poeta ou escritor de gênio.

É certo que o audiovisual não está sozinho e a língua escrita, de algum modo, permanece, sobrevive. Lembrome do tempo em que, no velho *Correio da Manhã* de Paulo Bittencourt e Costa Rego, o próprio Graciliano Ramos (nada menos) revia ou reescrevia editoriais. Os grandes jornais brasileiros mantêm ainda hoje, de algum modo, essa tradição de reunir em suas salas de redação o que podem encontrar de melhor. Mas, os tempos mudaram. O sucesso, o prestígio e a força do número estão com a televisão, que nivela pelo Ibope. Pior: que fabrica uma cultura *ersatz*, uma meia língua pretensiosa, um meio-termo que não é carne nem peixe porque pretende atrair a todos, em todos os níveis e em todas as regiões do país.

Enfim, deixemos a televisão que afi-

nal é ainda uma adolescente em busca de caminhos novos... Certamente não será sua culpa se o Brasil pós-modernista tornou-se cada vez mais apressado e menos sério, também em termos de palavra escrita. Gilberto Freire teve sorte de escrever tão cedo os seus grandes livros. Ainda há algum tempo, num artigo publicado pelo suplemento cultural do *Estado de S. Paulo*, Francisco Iglesias exaltava a obra de Sérgio Buarque de Holanda, que morreu pouco antes dos 80 anos.

Sérgio, além de ser um extraordinário historiador, era um escritor brilhante e um homem encantador, cheio de amigos. Mesmo assim, de sua obra numerosa, a grande maioria dos brasileiros alfabetizados só ouviu falar em *Raízes do Brasil*, publicado há mais de 50 anos. Seus livros mais recentes, mesmo os mais importantes, são virtualmente ignorados. Diz Francisco Iglesias, falando de *O Passaro e a Sombra (Do Império à República)*: "Curioso é que um livro de tal atitude, como se publica só a longos intervalos, não tenha recebido nenhuma atenção. Não saiu uma crítica, nem mesmo uma notícia de jornal." (...)

Vivemos tempos apressados. Em boa parte da grande imprensa, os velhos rodapés literários, a crítica de idéias, vão cedendo lugar ao prestígio e a eficiência das "colunas", onde uma nota de cinco ou dez linhas resolve tudo e dá menos trabalho (ao redator e ao leitor).

Nas letras como na política (nessa tarefa essencial que é a de pensar-se e conduzir-se a si mesmo), o Brasil só terá feito perder em seriedade e substância, ao longo das últimas décadas. Não é pois de surpreender que a sua Assembléia Constituinte vá, agora, completar um ano inteiro de sessões sem ter produzido sequer um grande discurso, um texto ou pronunciamento de real significação política ou jurídica.

Enquanto o presidente da República descansa na ilha de Curupu, meditando talvez no destino dos seus Maribondos de Fogo, os nossos constituintes, incumbidos de traçar os rumos futuros da Pátria, oscilam entre o Centrão e o Cabralão... Pobre país.

Jornal do Brasil